

Valor Econômico, 29 de Setembro de 2022.

O índice de miséria e as desigualdades regionais

Avanço do índice em 2021 ajuda a explicar a elevada rejeição a Bolsonaro no país, em especial no Nordeste

Por: João Saboia e João Hallak Neto

O índice de miséria foi criado pelo economista americano Arthur Okun nos anos 60 do século passado. Desde então tem sido adaptado para incluir novas variáveis de modo a dar uma noção mais ampla do bem-estar da população em um determinado país. A ideia original era simplesmente somar as taxas de inflação e desemprego para obter o índice de miséria. Assim, quanto maior a inflação e o desemprego, maior seria o índice, sinalizando para uma piora do bem-estar da população. Este artigo amplia o índice de miséria, utilizando três variáveis em onze unidades da federação, cobrindo o período 2012/2021.

Os dados de inflação são taxas anuais nas regiões metropolitanas das capitais de dez Estados e no Distrito Federal. Para as duas outras variáveis os dados são do total da respectiva unidade da federação. O INPC foi escolhido por cobrir o padrão de consumo da população mais pobre com rendimentos familiares até cinco salários mínimos (SM). Uma primeira versão do índice de miséria proposto pelos autores com dados para o total do país foi publicada no Valor em 07/06/2022.

A segunda variável considerada é a taxa de subutilização da força de trabalho que substitui a taxa de desemprego utilizada na versão original do índice de miséria. Nossa preferência pela taxa de subutilização é pelo fato de ser mais ampla, incluindo, além dos desempregados, aqueles que trabalham menos horas do que gostariam e a força de trabalho potencial (desalentados ou não).

A terceira variável utilizada não faz parte do índice de miséria original. Trata-se do rendimento das pessoas mais pobres, sendo considerado o rendimento domiciliar per capita médio dos 20% dos domicílios na base da pirâmide de renda do país. Estão incluídos aí todos os rendimentos (trabalho, aposentadorias, transferências como o Bolsa Família, Auxílio Emergencial etc).

A metodologia de montagem do índice é simples e trata-se de transformar cada uma das três variáveis em um índice sintético com faixa de variação 0/100 de modo que quanto maior seu valor pior é a situação descrita pela respectiva variável (inflação maior, mais subutilização da força de trabalho e menores rendimentos domiciliares dos mais pobres). A partir dos índices das três variáveis é montado o índice de miséria, que é a média dos valores de cada uma das três variáveis. Assim, quanto mais próximo de 100, pior é a situação apontada pelo índice de miséria*. Os resultados estão apresentados na tabela, com o índice geral do país e 9 índices regionais.

A primeira constatação é que o comportamento nas várias regiões ao longo do período é bastante semelhante à evolução do índice de miséria para o total do país. Há uma melhora até 2014, um forte crescimento em 2015, coincidindo com o início da crise econômica do biênio 2015/2016, seguindo-se um período com alguma flutuação até 2020 e forte crescimento em 2021, quando o índice de miséria atingiu o maior valor do período analisado em todos os Estados. Note-se que os menores valores foram encontrados, em geral, em 2014. Em algumas regiões, em 2017.

Os valores mais elevados obtidos para o índice de miséria em 2021 são resultantes do comportamento simultâneo das 3 variáveis utilizadas. Se por um lado, o mercado de trabalho estava iniciando sua recuperação em 2021, reduzindo as altas taxas de subutilização da força de trabalho do início da pandemia na maior parte dos Estados, por outro lado a inflação encontrava-se em aceleração provocando redução da renda dos mais pobres, cujos valores foram os mais baixos de todo o período em todos os Estados. Some-se a isso a redução das transferências sociais ocorridas naquele ano.

Surpreendentemente, apesar do início da covid-19 em 2020, o crescimento do índice naquele ano foi apenas moderado. Isso pode ser explicado pela criação do Auxílio Emergencial, que elevou o nível de rendimento dos mais pobres, além da inflação que ainda estava relativamente baixa. Assim, mesmo com as dificuldades do mercado de trabalho, o índice de miséria cresceu relativamente pouco em 2020.

A segunda constatação é a enorme diferenciação dos índices de miséria nos vários Estados. Mais uma vez, fica a confirmação da existência dos dois Brasis -

o do Norte/Nordeste e o do Sul/Sudeste. Os índices da Bahia, Pernambuco, Ceará e Pará são sistematicamente maiores do que a média nacional, enquanto os demais estão abaixo da média. No caso da Bahia, chegou a atingir o valor 90 em 2021. Em contrapartida, no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul estavam próximos de 40 no mesmo ano.

A redução da qualidade de vida no país medida pelo forte aumento do índice de miséria em 2021 está por trás do esforço que o governo Bolsonaro fez ao longo de 2022 com medidas dos mais variados tipos para melhorar de alguma forma sua imagem junto à população, especialmente a mais pobre, com objetivos claramente eleitoreiros. Ainda no final de 2021 criou o Auxílio Brasil no valor de R\$ 400. Em 2022, antecipou o pagamento do 13º salário de aposentados, permitiu o acesso à parcela do FGTS para os trabalhadores e, mais recentemente, através da PEC Kamikase, ampliou e aumentou o valor do Auxílio Brasil e reduziu o ICMS sobre combustíveis, eletricidade e comunicação até dezembro de 2022, além de outras benesses para taxistas e caminhoneiros.

O crescimento do índice de miséria em 2021 ajuda a entender a razão da rejeição a Bolsonaro ser tão elevada no país, especialmente, no Nordeste, onde superou 60% dos eleitores, segundo pesquisa recente do Ipec. O índice de miséria ajuda também a entender a razão para sua rejeição relativamente mais baixa no DF e na região Sul.

Embora o índice de miséria tenha crescido bastante em 2021 nessas regiões, ele permanecia bem inferior à média nacional.

*A metodologia do índice está publicada em Saboia, J. e Hallak Neto, J., Proposta de um índice de Miséria Ampliado para o Brasil, Texto para Discussão 022/2022, Instituto de Economia/UFRJ, Rio de Janeiro, 2022.

Link para a matéria original:
<https://valor.globo.com/opinia0/coluna/o-indice-de-miseria-e-as-desigualdades-regionais.ghtml>

